



História do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho
(coordenador geral)

VOLUME VI

MUDANÇA SINTÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PERSPECTIVA GERATIVISTA

Sonia Cyrino
Maria A. Torres Morais
(coordenadoras)



editoracontexto



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Sonia Cyrino e Maria A. Torres Morais</i>	
INTRODUÇÃO	19
<i>Sonia Cyrino e Maria A. Torres Morais</i>	
O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	26
<i>Maria Eugênia Duarte</i>	
SENTENÇAS POSSESSIVAS E EXISTENCIAIS	72
<i>Juanito Ornelas de Avelar</i>	
A SINTAXE DOS PRONOMES PESSOAIS CLÍTICOS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	150
<i>Marco Antonio Martins</i>	
O OBJETO NULO	210
<i>Sonia Cyrino</i>	
O OBJETO INDIRETO: ARGUMENTOS APLICADOS E PREPOSICIONADOS	252
<i>Maria A. Torres Morais e Rosane de Andrade Berlinck</i>	
A ORDEM DO SUJEITO EM CONSTRUÇÕES DECLARATIVAS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	308
<i>Rosane de Andrade Berlinck e Izete Lehmkuhl Coelho</i>	

REVISITANDO AS CONSTRUÇÕES COM SE NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	382
<i>Silvia Cavalcante</i>	
ESTRUTURAS DE FOCALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XIX E XX.....	420
<i>Mary A. Kato</i>	
POSFÁCIO.....	441
<i>Charlotte Galves</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	457
OS AUTORES.....	477

APRESENTAÇÃO

Sonia Cyrino

Maria A. Torres Morais

Levando em consideração o breve panorama que será traçado na “Introdução”, pode-se dizer que este volume, o sexto da coleção História do Português Brasileiro, se integra aos esforços dos projetos que tratam da história do português brasileiro e representa um exemplo de consolidação da grande empreitada que foi o projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), idealizado e coordenado por Ataliba de Castilho.

Os capítulos que o compõem dedicam-se a estudos de mudança sintática, dentro da perspectiva gerativa da Teoria dos Princípios e Parâmetros, proposta inicialmente em Chomsky (1981), e posteriormente repensada sob os refinamentos decorrentes da visão minimalista, veiculada no Programa Minimalista (cf. Chomsky, 1995, 2000, 2001). Nesse particular, o volume expressa igualmente a consolidação de um paradigma de pesquisa da Sintaxe Diacrônica, o qual teve a sua origem nos cursos de Pós-Graduação da Unicamp, na década de 1990, ministrados por Fernando Tarallo, Mary Kato e Ian Roberts (cf. Roberts e Kato, 1993).¹

Vale ressaltar que, em alguns dos textos, encontramos o entendimento da variação e mudança sintática com base no diálogo entre a Teoria dos Princípios e Parâmetros e a Teoria da Variação e Mudança (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968; Labov, 1972, 1994, 2001). Da mesma forma, pode-se constatar uma associação entre a teoria dos Princípios e Parâmetros e os pressupostos assumidos na perspectiva cartográfica, elaborada inicialmente por Rizzi (1997), e na teoria construtivista, desenvolvida em Marantz (1997, 2013). Tais diálogos contribuem para uma abordagem mais profunda dos fenômenos linguísticos abordados, não só em termos diacrônicos, como também em termos descritivos.

Destaque-se ainda o fato de que, embora os autores tratem os fenômenos linguísticos dentro de teorias formais, a própria natureza da investigação

histórica supõe o mergulho no universo empírico dos *corpora* rigorosamente elaborados e organizados. Dentro do PHPB, a documentação histórica apresenta variedade de gêneros textuais e de representação geográfica e revela o manejo linguístico de falantes letrados que, de alguma forma, tiveram acesso aos usos cultos do português (cf. o texto de Galves no “Posfácio” deste volume). Dessa forma, os fenômenos linguísticos que identificam a gramática brasileira são buscados nas trilhas empíricas traçadas nos textos históricos, a partir do século XIX, pertencentes ao acervo documental construído pelos pesquisadores do PHPB.

Por fim, entendemos que o sexto volume se encontra em consonância com o entendimento do que seja uma obra de referência ou obra de consulta. Como sabemos, uma obra de referência retrata o momento histórico de uma ciência, tendo, portanto, importância fundamental no desenvolvimento científico. Com base nessa definição, temos uma obra de referência, uma vez que os capítulos que o compõem estão articulados na percepção de uma abordagem teórica compartilhada pelo conjunto de seus autores. Naturalmente, no percurso da consolidação, os autores chegaram a refinamentos em suas reflexões, graças à incorporação de novas hipóteses e propostas surgidas ao longo dos últimos anos. Não somente o quadro teórico apresenta essa atualização, como também a abordagem quantitativa, se comparada ao início do Projeto PHPB, com a incorporação de novos dados retirados de uma variedade maior de documentos.

Como afirma Charlotte Galves em seu posfácio, nosso trabalho tem essa qualidade de apontar os potenciais estudos sobre a história do português brasileiro e sobre as grandes questões acerca da variação e mudança que ainda intrigam os pesquisadores na busca de traçar um quadro mais completo e detalhado da mudança sintática ocorrida em nossa língua.

Vejamos a seguir uma apresentação sucinta de cada um dos oito capítulos que compõem este volume.

O capítulo inicial de autoria de Maria Eugênia Duarte apresenta uma discussão sobre o sujeito nulo no português brasileiro (PB), desde a formulação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), passando por revisões recentes, que revelam uma evolução no tratamento das línguas em relação ao fenômeno e apontam para o comportamento do PB como língua de sujeito nulo “parcial”. O comportamento do PB é observado à luz das propriedades relacionadas ao

PSN, relacionando as mudanças atestadas à mudança no núcleo Flexão. São reunidas evidências empíricas da mudança de língua [+sujeito nulo] para língua [-sujeito nulo], com base em análises diacrônicas e sincrônicas.

Como a autora enfatiza, a ocorrência de variação entre sujeitos referenciais nulos e expressos nos mesmos contextos estruturais revela que não há distribuição complementar e permite questionar o estatuto de língua de sujeito nulo parcial, tal como o PB tem sido apontado. Os resultados sugerem, antes, um estágio no processo de mudança em direção ao preenchimento dos sujeitos referenciais, que já superam amplamente os nulos. A análise do sujeito anafórico de terceira pessoa com base em parte da amostra PHPB, que constitui o elo do volume, se não nos revela um quadro próximo aos atestados para a língua oral (cartas de jornais constituem um gênero que tem pouco em comum com a fala), já indicam alguns importantes traços de uma gramática [-sujeito nulo], que exhibe pronomes expressos em encaixadas retomando o sujeito da principal e, particularmente, não evita pronomes pessoais com o traço [-humano].

No capítulo seguinte, sobre construções possessivas e existenciais do PB, Juanito Ornelas de Avelar focaliza orações com os verbos *ter*, *haver* e *estar*. A análise se concentra, num primeiro momento, em propriedades das sentenças que servem à expressão de posse e existência no português brasileiro contemporâneo, dentro de uma perspectiva tanto descritiva quanto teórica, à luz de pressupostos minimalistas da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1995).

Em adição ao panorama teórico-descritivo, o estudo se ocupa do mesmo conjunto de construções no eixo diacrônico, procurando responder em que medida os fatos atestados em estágios anteriores permitem explicar a emergência de inovações gramaticais, em especial no que diz respeito às orações existenciais. Além das orações possessivas e existenciais propriamente ditas, também são apresentadas as chamadas “expressões de tempo decorrido” de base possessivo-existencial.

Para o tratamento de propriedades do PB contemporâneo, o estudo de Avelar se vale tanto de dados obtidos por meio de introspecção gramatical, quanto por levantamento de padrões frásicos em amostras de fala e escrita, a serem explicitadas ao longo do texto. Para o PB oitocentista e novecentista, foram considerados anúncios e cartas de leitor em jornais dos séculos XIX e XX

publicados em cinco estados – Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo – que compõem o *corpus* mínimo do PHPB.

O autor argumenta ainda que as construções existenciais com *ter* do PB são derivadas a partir da estrutura interna que subjaz às orações possessivas com o mesmo verbo. A diferença entre uma e outra reside na entrada ou não de um constituinte nominal na posição de sujeito, resultando na estrutura possessiva ou existencial, respectivamente. Na linha de outros trabalhos gerativistas sobre a relação entre verbos possessivos e copulares/estativos (em particular, Freeze, 1992), o capítulo também defende que o possessivo *ter* (e, conseqüentemente, sua versão existencial) é obtido, em termos derivacionais, pela combinação dos traços subjacentes ao verbo *estar* e à preposição *com*.

Para reforçar essa hipótese, são apresentadas algumas propriedades das orações possessivas e existenciais com a locução *estar com* no português brasileiro, que se diferenciam daquelas com *ter* em termos aspectuais: enquanto as orações com *estar com* apresentam um estado transitório ou recente, aquelas com *ter* tendem a ser interpretadas como uma situação mais permansiva ou imutável. No que diz respeito às expressões de tempo decorrido, são analisados casos com *haver*, *ter* e *estar com*, sendo mostrado que, enquanto as expressões com *ter* e *estar com* são de base oracional, aquelas com *haver* não apresentam mais esse estatuto, devendo ser tratadas como de natureza nominal.

A emergência de *ter* como o verbo existencial canônico do português brasileiro é associada a mudanças relacionadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo que tiveram lugar nessa variedade do português (cf. capítulo “O sujeito nulo no português brasileiro”). Quanto às orações possessivas, em particular, é mostrado que as propriedades dessas estruturas não se alteraram do século XIX ao século XXI, apesar de terem sido detectadas, na amostra novecentista, orações construídas com ordens de constituintes bem pouco usuais no PB contemporâneo. Entre as expressões de tempo decorrido levantadas nas amostras, não foram registrados casos com *ter* ou *estar com*, o que sugere tratar-se de inovações recentes do PB.

No capítulo “A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro”, Marco Antonio Martins analisa a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos, em diferentes ambientes verbais, envolvendo tanto as formas finitas simples quanto os grupos constituídos de auxiliar/modal/aspectual e verbo principal, na escrita brasileira culta que circulou em jor-

nais em diferentes estados, nos séculos XIX e XX, a partir de uma amostra extraída do *corpus* do PHPB. A hipótese central do trabalho é a de que o complexo quadro que envolve a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na escrita brasileira, sobretudo no século XIX, é o reflexo de diferentes padrões gerados por distintas gramáticas do português – do português clássico (PC), do português europeu (PE) e do PB. Mudanças paramétricas no componente sintático e no componente morfológico que estão associadas às gramáticas do PE e do PB, a partir da gramática do PC, definem diferentes posições para os clíticos na estrutura da sentença e para a sua colocação em próclise ou em ênclise em relação ao seu hospedeiro.

No desenvolvimento de seu texto, Martins desenha um breve panorama dos estudos sobre a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos no quadro da teoria gerativa, incluindo os padrões de colocação dos clíticos na escrita brasileira. O autor apresenta uma análise estatística dos (complexos) padrões empíricos de posição e de colocação dos clíticos, em diferentes ambientes sintáticos, na diacronia da escrita culta brasileira a partir de dados do projeto PHPB. Sua análise envolve uma interpretação diacrônico-formal desses padrões estatísticos para comprovar a hipótese de trabalho.

Os resultados estatísticos encontrados no *corpus* analisado permitem ao autor afirmar que, na escrita brasileira culta, manifestam-se diferentes padrões que envolvem a posição e a colocação dos pronomes clíticos. Esses padrões são agrupados pelo autor em três grandes conjuntos: (1) sentenças com interpolação do marcador de negação “não” e de outros elementos em sentenças-matriz, sem atrator, e sentenças com subida de clíticos e próclise ao verbo finito, igualmente em ambientes sem atratores, em grupos verbais (exceto em construções com auxiliar passivo); (2) sentenças com ênclise em contextos neutros ($[XP][XP]_V$), mais recorrentes em textos da segunda metade do século XIX, com um aumento progressivo da próclise nos textos a partir desse período; e (3) sentenças com próclise ao verbo em primeira posição absoluta em orações afirmativas, e ao verbo do qual o clítico depende sintática e semanticamente em sentenças com dois ou mais verbos formadores de predicados complexos.

Martins se vale da proposta formal de Galves, Torres Morais e Ribeiro (2005) para defender que esses padrões empíricos podem estar associados a estruturas geradas por distintas gramáticas do português: às gramáticas do